

Reestruturação produtiva: a flexibilização do trabalho e do tempo livre.

Mariana Lopes Custodio, Vitor Hungaro y Edson Marcelo Hungaro.

Cita:

Mariana Lopes Custodio, Vitor Hungaro y Edson Marcelo Hungaro (2019). *Reestruturação produtiva: a flexibilização do trabalho e do tempo livre*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/1785>



Reestruturação produtiva: a flexibilização do trabalho e do tempo livre

Mariana Lopes Custodio
Vitor Hungaro
Edson Marcelo Hungaro

Resumo

O presente estudo pretende demonstrar como a forma de organizar os processos de trabalho, toyotismo - acarretam novos valores e transformações na forma de gerir o tempo livre e o lazer. Inicialmente, empreendemos uma sucinta análise dos princípios que envolvem a reestruturação produtiva, procurando destacar a questão da gestão do tempo. Num segundo empreendemos uma análise crítica da teoria do chamado “ócio criativo”, com a finalidade de demonstrar sua convergência com as mudanças no mundo do trabalho.

Palavras-chave

Trabalho; reestruturação produtiva; tempo livre.

Introdução

Quando empreendemos um exame mais atento dos princípios que envolvem os dois processos de trabalho predominantes nos séculos XX e XXI, respectivamente, o *fordismo-taylorismo* e o *toyotismo*, a questão do controle e da gestão tempo apresenta-se como um problema fundamental para ambos.

Em resumo, o sistema fordista-taylorista, empreendeu um esforço para controlar e disciplinar o tempo de trabalho, com forte tendência em racionalizar todos os momentos da vida, inclusive acentuando a divisão entre tempo dedicado ao trabalho e o chamado tempo livre. A administração do tempo, a divisão da vida em minutos, controlada pela batida regular da máquina, acentua a demarcação entre a disciplina da fábrica e uma nova organização da vida, na qual tudo deve ser separado e não confundido.

Nesse sentido, Gramsci revela em seu artigo “*Americanismo e Fordismo*” como a América conseguiu centrar toda a vida do país na produção, combinando habilmente força, persuasão e propaganda política e ideológica. Conforme assinalou Gramsci (1984), o modelo de produção fundado no fordismo assume um caráter ideológico, político e cultural, ou seja, o significado do fenômeno americano traduz-se numa ideologia que se afirma em ação, para a construção de um novo tipo de trabalhador e de homem. O fordismo, enquanto processo de trabalho, operou a separação entre trabalho e vida e ainda conferiu valores distintos para cada um desses momentos.

Nas últimas décadas do século XX, o toyotismo, plenamente coerente com contexto de uma economia instável e projetada para expulsar o trabalho vivo dos processos produtivos,



engendra uma nova forma de conceber o tempo livre, atua no sentido de suprimir todas as demarcações, contradições e limites do tempo impostos anteriormente. Juntamente com as mudanças de cunho organizacional que envolve as mudanças de técnicas e procedimentos, o toyotismo, corrobora com a formação de um novo tipo de homem o “*ser flexível*”, no qual uma nova ética baseada em valores, aparentemente redentores, conseguiria suprimir, por exemplo: a alienação no processo de trabalho e a cisão entre tempo de trabalho e tempo livre.

Inovador. Criativo. Empreendedor. Polivalente. Estas são as expressões que sugerem que o indivíduo está livre da burocracia, da rotina, da especialização, isto é, da falta de autonomia para gerir sua vida. Como nos adverte Gramsci: “*Os novos métodos de trabalho estão indissoluvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro*”. (Gramsci, 1984, p.396).

Pretendemos neste artigo, estabelecer uma aproximação entre as transformações do mundo do trabalho - a reestruturação produtiva baseada no toyotismo – e, a tese do “*ócio criativo*” do italiano Domenico De Masi, por outras palavras, trata-se de dizer quais os valores que essa concepção de lazer incorpora frente a uma nova forma de organização do tempo para a produção.

A reestruturação produtiva

Com o esgotamento da fase expansionista do capital, o término dos chamados “anos dourados” do Capitalismo, ocorrem mudanças que alteram fundamentalmente a configuração econômica anterior, as taxas de lucro caíram veloz e significativamente. Essa dinâmica de ampliar consumo na mesma medida com que desenvolve a força produtiva aproxima-se de seus limites, visto que um nível de crescimento ascendente com base em inovação tecnológica carece, simultaneamente, de uma ampliação significativa do mercado e de um elevado crescimento econômico que conduza a um alto nível de emprego.

Tais reviravoltas nada mais são do que o desdobramento de uma profunda crise estrutural do capital, que, ao invés de apontar para uma derrocada de todo sistema, assume outra direção, revela a possibilidade de reorganização em bases mais racionais. Essa transformação se dá em nível superficial, trata-se de reestruturar o padrão produtivo embasado no modelo fordista/taylorista, sem alterar as bases do modo de produção capitalista.

Esse processo é denominado de reestruturação produtiva e a amplitude desse novo padrão é assim definida por Harvey:



A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (Harvey, 2008, p.140).

Com a finalidade de entender a essência do método japonês de produção, Coriat (1994) examina a obra do engenheiro chefe da Toyota, Taichi Ohno, objetivando entender os princípios e os fundamentos dessa nova forma de organização do processo de trabalho. O autor defende a tese de que o conjunto de inovações organizacionais promovidas pela Toyota foi de tal monta que pode ser comparado ao que foi o fordismo e o taylorismo para uma época e, mais do que isso, esse sistema não pode ser meramente definido como uma técnica de produção de estoque zero fundamentada no preceito just-in-time, por isso identifica para além de técnicas e princípios o chamado “*espírito toyota*”.

Como se verá esta “*fábrica mínima*” deverá necessariamente também ser uma fábrica “flexível”, capaz de absorver com um efetivo reduzido as flutuações quantitativas ou qualitativas da demanda. Ohno assim conduzido a buscar produtividade não mais no sentido da grande série, mas “*internamente*” no sentido da flexibilidade do trabalho, na alocação das operações da fabricação, opondo-se assim às facilidades que constituem a produção de série com estoques a cada intervalo. (Coriat, 1994, p.34)

Segundo Gounet (1999), no toyotismo, o princípio fundamental do taylorismo, ou seja, a luta patronal contra o ócio – aqui entendido como desperdício de tempo - operário atinge um patamar superior. A técnica chamada de linearização da produção materializa a obtenção de produtividade através da flexibilidade, cujo objetivo é maximizar o tempo, através da mobilização ininterrupta de trabalhadores em postos polivalentes.

De acordo com Coriat (1994), para Ohno, os princípios fordista/taylorista são excessivamente consumidores de tempo morto, ou seja, não basta economizar tempo suprimindo gestos desnecessários e comportamentos supérfluos individualmente em cada posto de trabalho. Assim é introduzido o princípio da organização do tempo “partilhado”. A organização linearizada dos postos, juntamente com a exigência da polivalência do trabalho, insere a atribuição de tarefas moduláveis e variadas que são partilhadas por equipes de trabalhadores, isto é, são abolidas as fronteiras entre os postos ou seções e o objetivo é tornar a resolução de problemas que afetam a produção como parte integrante do processo.



O comprometimento e envolvimento do trabalhador com o ideário da empresa é adquirido com a formação dos CQCs – Ciclos de Controle da Qualidade. Consiste na criação de pequenos grupos de operários para discutir e apresentar soluções a partir de seu lugar na produção e no processo de trabalho. Trata-se de mais um dispositivo organizacional destinado a eliminar possíveis erros e falhas que comprometam a produção. Dessa forma é possível reduzir os tempos ociosos e ainda, sob uma disfarçada forma de autonomia e participação intensificar o ritmo de trabalho. De acordo com Alves (2007), essa estratégia procura reconstituir um vínculo fundamental entre autonomia e ação, ou, restabelecer o que Gramsci chamou de velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado - a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho.

Os círculos de controle de qualidade (CCQs), a gestão participativa e o controle total da qualidade (TCQ) constituem os novos mecanismos para gestão da força de trabalho. Para o patronato japonês, fazer parte dos CCQs tem um significado maior: além de criar um clima de harmonia e sentido de participação, cada contribuição é a garantia de que o trabalhador está pensando na empresa e não contra ela.

Há, inequivocamente, uma substancial alteração e complexificação na composição da classe trabalhadora, o que torna difícil compreender as normas, hábitos, atitudes culturais e políticas e, inclusive, as delimitações entre os espaços da produção e da vida social. Isso porque o novo regime de acumulação flexível expressa também a formação de um novo trabalhador ao impor novas exigências e qualificações profissionais. Para Harvey (2008) muitos aspectos da vida incorporam um individualismo mais competitivo e impregnado pela cultura do empreendedorismo, afirma ainda que: *“o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez de valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo”* (Harvey, 2008, p.161).

Sennett (2003) demonstra como a era do Capitalismo flexível acarreta significativas alterações na formação do caráter pessoal. A chamada flexibilidade empregada para definir os novos contornos do capitalismo, exige novas formas de relação do homem com o tempo, com o conhecimento e na organização do trabalho, isto é, ser flexível significa romper com a rigidez, a hierarquia, o controle e a disciplina, herdados do binômio taylorismo-fordismo.

[...] Diz-se que, atacando a burocracia rígida e enfatizando o risco, a flexibilidade dá às pessoas mais liberdade para moldar suas vidas. Na verdade, a nova ordem impõe novos controles, em vez de simplesmente abolir as regras do passado – mas também esses novos controles são difíceis de entender. O novo capitalismo é um sistema de poder muitas vezes ilegível. (Sennett, 2003, p.10)



O sentido da palavra flexível deriva da observação de que, embora a árvore se dobrasse ao vento, seus galhos sempre voltavam à posição normal. O comportamento humano flexível deve ser igual aos galhos de uma árvore, ser adaptável às mais adversas situações, mas não quebrado por elas. Um exemplo citado por Sennett (2003) desse novo comportamento diz respeito à forma como as pessoas reagem frente às oscilações do mercado de trabalho. A expressão “fui demitido”, que designava um fracasso, é abolida; ao invés disso usa-se “enfrentei uma crise e tive de tomar uma decisão, assim, como uma árvore as pessoas devem assumir a responsabilidade de um evento fora de seu controle.

A moderna ética do trabalho concentra-se no trabalho de equipe. Celebra a sensibilidade aos outros; exige “aptidões delicadas”, como ser bom ouvinte e cooperativo; acima de tudo, o trabalho em equipe enfatiza a adaptabilidade às circunstâncias. O trabalho em equipe é a ética de trabalho que serve a uma economia flexível. [...] O trabalho de equipe é a prática de grupo da superficialidade degradante. (Sennett, 2003, p.118)

Essa ideologia da empresa constitui dispositivos morais ainda mais eficazes quando se trata de contornar a crise do mercado de trabalho. Conforme Alves (2007), homens e mulheres sem emprego são encorajados a ser uma espécie de empresa gestora de si, é disseminada a ideia do empreendedorismo e do capital humano. Supostamente, as pessoas são livres para escolherem quem querem ser, assim, de acordo com a nova ótica ideológica, cada um é responsável por sua saúde, mobilidade, pela atualização de seus conhecimentos, por sua diversão e pela escolha dos seus horários.

A economia do ócio?

É corrente encontrarmos nos estudos dedicados à conceituação e explicação do lazer a sua identificação com o Ócio, como se fossem um mesmo fenômeno. Assim, efetua-se uma ligação evolutiva entre o lazer e seu ancestral, o ócio, seja pelo caminho da etimologia, pela revisão de valores imanescentes ou, ainda, pela construção de elementos voltados para a crítica da sociedade contemporânea. Como bem observou Mascarenhas (2006), no conjunto dos estudos que se remetem à questão do ócio, empreende-se uma espécie de “busca do ócio perdido”, o lazer entendido como a finalidade histórica do ócio.

Segundo Mascarenhas (2006), quando olhamos para o lazer não é possível enxergá-lo sem ver nele os reflexos do ócio. Dessa forma, não podemos negar as determinações que o ócio ainda exerce no presente: “Embora o ócio se apresente como uma forma residual de apropriação do tempo livre, sendo amplamente hostilizado pelo sistema de metabolismo social estruturado pelo capital, algo tendente ao desaparecimento, ele ainda pesa como uma enorme tradição”. (Mascarenhas, 2006, p.76).



[...] o ócio continua a existir, certamente não é com a força de outrora. Ao contrário, constitui hoje muito mais um ideal do que propriamente uma realidade. Entretanto, por mais afastados que possamos estar na história de sua concreta e dominante experiência, o ócio continua a exercer a função de preservar valores já alcançados, cultivando acesa a possibilidade de um tempo e espaço em que o tempo possa reconciliar-se consigo e com a natureza, entregando-se integralmente ao desenvolvimento multilateral de suas capacidades físicas e intelectuais. (Mascarenhas, 2006, p. 98).

Para Marcassa (2002), na realidade, ócio já se transformou em uma abstração, esvaziado de seu conteúdo concreto, e apenas subsiste como uma possibilidade que só se faz presente se nos remetermos a formas de sociabilidade quase superadas. A fundamentação dessa afirmação, segundo a autora, deriva da observação de que, nas sociedades anteriores ao Capitalismo, inexistia uma fragmentação do tempo social e das atividades nele desenvolvidas.

Não há dúvidas de que no passado o ócio, como um hábito intimamente vinculado à organização da vida cotidiana do mundo pré-capitalista, significava o desenvolvimento das capacidades humanas em si mesmas e se configurava como uma prática social relacionada às necessidades do homem, em determinada época e conforme a organização cultural da sociedade. Com o desenvolvimento do capitalismo, sua manifestação tende a desaparecer, embora permaneça como uma possibilidade imersa no conjunto dos valores e significados atribuídos às práticas sociais. (Marcassa, 2002, p. 189)

De acordo com Mascarenhas (2006), o diálogo com as produções a respeito do tema lazer e ócio revela-nos que eles convergem basicamente para duas vertentes, a primeira de base idealista e a segunda condizente à razão instrumental¹. Para a tendência idealista, o verdadeiro lazer é a própria expressão da ideia grega de *skholé* – condição ou estado de abstenção da atividade produtiva: “ao denunciar o afastamento do lazer da noção clássica de ócio, dá sua humanidade como perdida, reclamando modos de vida do passado como chave para autodeterminação do indivíduo no presente”. (Mascarenhas, 2006, p.76). A segunda tendência também se volta para os valores do passado, mas, alinhada à razão instrumental, incorre numa valorização exacerbada do ócio como panaceia para os problemas econômicos da sociedade atual.

Além dos problemas e equívocos já enumerados, podemos aludir duas consequências que julgamos questionáveis dessas tentativas de conjugar lazer e ócio. Em primeiro lugar a negação da categoria trabalho e a conseqüente valorização do ócio como uma categoria central para a explicação da vida, pois, assim, desconsidera-se o trabalho em sua dimensão concreta, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre homem e



natureza. Em segundo lugar, observamos uma sintonia entre a lógica presente nos novos preceitos do mundo do trabalho – flexibilidade - e a celebração de valores inerentes ao ócio, numa tentativa de suprimir todas as contradições e demarcações de tempo e espaço e, ainda, imprimir a ideia de um novo mundo de possibilidades acessível a todos.

Segundo Mascarenhas (2006), esse elogio ao ócio aponta, muitas vezes, ao desencantamento com a realidade via três diferentes posturas: *da negação do presente* - como o lazer não consegue romper com os determinantes sociais, ele é negado, pois muito distante da forma idealizada do ócio; *do refúgio no passado*, uma tendência a buscar sentido no ócio, uma explicação e crítica à forma do lazer contemporâneo; e *do refúgio no afastamento* - a saída seria uma ruptura do indivíduo com os valores do mundo, um modo de viver encerrado em si mesmo.

Esse último aspecto, do refúgio no afastamento, revela-nos, ainda, os anseios do indivíduo frente a uma sociedade altamente individualizada, na qual a felicidade é considerada um projeto subjetivo. O ócio circunscrito à experiência cuja finalidade se esgota em si evoca, sobretudo, o princípio da subjetividade face as relações concretas, está relacionado com o sentido atribuído por quem vive, ou seja, não depende nem do tempo, nem do nível socioeconômico, muito menos das relações sociais. Dessa premissa reside a possibilidade individual do exercício da liberdade.

“Bem-Vinda Subjetividade”². Essa expressão de contentamento pode ser descrita nos trabalhos do sociólogo italiano Domenico De Masi, autor muito influente no Brasil na década de 1990, que está entre os defensores da tese do fim da centralidade do trabalho e da criação da sociedade do tempo livre a partir de uma verdadeira exaltação do ócio. Para De Masi (2000a), apesar de anacrônico, se desejamos um modelo, este é ainda o da Atenas de Péricles, no qual o ócio criativo incluía equilíbrio e beleza ou, ainda, pautado na concepção de Platão, no qual as principais matérias a serem ensinadas aos jovens eram, sobretudo, a ginástica, que harmonizava o corpo, e a música, que harmonizava o espírito.

A trajetória milenar da espécie humana caminha do trabalho dor ao não trabalho prazer. Na nova sociedade, graças à tecnologia e às ciências organizacionais, somos capazes de produzir trabalhando cada vez menos, o que significaria, finalmente, alterar a hierarquia das atividades humanas. Hoje advoga o autor que, precisamos nos adaptar a um modelo de vida e de sociedade do tempo livre. As condições materiais, políticas e econômicas já estariam dadas, restando apenas mudar as mentalidades:

[...] Há trabalhadores hiperativos alienados, que estão contentes por trabalhar sempre mais e quando conversam conosco dizem: “É, infelizmente o meu trabalho não me permite tirar



férias”. São pessoas perigosíssimas! Não tão perigosas para si mesmas, mas muito mais para os outros. São pessoas para as quais existe um só remédio: aconselhar e induzir ao suicídio. Porque, trabalhando muito, fazem trabalhar as pessoas que trabalham com elas e tornam-se escravistas de tipo moderno. Existem ainda os trabalhadores hiperativos que se queixam, aqueles que, quando falam a respeito do seu trabalho, dizem: “Infelizmente, infelizmente, sou obrigado a trabalhar muito”, mas nunca mudam o seu modelo de vida. Finalmente, existem os hiperativos arrependidos, isto é, aqueles poucos “managers” que deixam o trabalho e dão início a uma nova vida, levando um tipo de vida mais introspectivo, mais humano. O problema é que nós incorporamos a idéia de que o trabalho é um dever e o ócio, um pecado. (De Masi, 2000c, p.132-133).

Na realidade, De Masi vislumbra na reestruturação produtiva e consequente crise do mundo do trabalho no final do século XX, do qual já abordamos as raízes e consequências, a possibilidade de construir uma nova sociabilidade desvinculada da necessidade de trabalhar. No temor do desemprego e do risco social, o autor vislumbra um mundo novo, baseado na crença de que a máquina liberou o corpo do trabalho e hoje a sociedade pós-industrial completou o ciclo, liberou a mente. Alega que a transformação cultural desta fase histórica que atravessamos nos permitiria voltar nossa atenção no desenvolvimento da dimensão lúdica e criativa, resumido na ideia de *ócio criativo*, um modelo a ser perseguido por pessoas e organizações na busca de um novo modo de viver, como base numa nova economia centrada no tempo livre.

O marco dessa transformação é determinado com a superação do modelo de produção industrial estipulado por Henry Ford, no início do século XX. Muito embora tenha proporcionado um incomensurável ganho no tocante à produção de bem-estar, tal modelo foi desastroso quanto à massificação dos gostos - produção em massa - e na supressão de valores estéticos. Com relação ao projeto organizacional de Taylor, o autor considera-o extremamente original e libertador, pois, na realidade, construímos uma imagem caricata desse excepcional engenheiro: *“Na verdade, ele nasceu rico, trabalhava por hobby e estudava a organização do trabalho porque era a sua paixão”* (De Masi, 2000a, p.50). Dessa forma, para De Masi, contra os fatos há argumentos absurdos:

Na realidade, o projeto organizacional e existencial de Taylor, a longo prazo, não tende absolutamente a tornar mais cruel o trabalho, mas sim a liberar as pessoas do cansaço e lhes permitir um lazer criativo. Quanto a ele, pessoalmente, retirou-se em sua mansão, aos quarenta e cinco anos, passando a dedicar-se aos seus jardins, que eram cuidados por trinta e cinco jardineiros. Para Taylor, o trabalho é uma coisa que pode ser evitada. Entre as visões do trabalho que se confrontavam naquele período, a sua era a mais libertadora e cheia de vitalidade. (De Masi, 2000a, p.50)



Seria então Taylor o precursor do *ócio criativo*? Se não o considerarmos numa perspectiva estreita, unilateral e caricata, sim. Para De Masi (2000a), entre as visões do trabalho que se confrontavam no período industrial, a de Taylor era a mais libertadora e cheia de vitalidade. *“No final das contas, pensando bem, Taylor é mais próximo ao Lafargue do “direito ao ócio” do que ao sogro deste, Karl Marx, com o seu “direito ao trabalho”* (DE MASI, 2000a, p.51). Argumentos ou referências para sustentar essa afirmação não são apresentados pelo autor, na verdade, se nos remetermos aos *“Princípios de Administração Científica”*, constatamos que Taylor jamais proporcionou um lazer criativo, muito pelo contrário travou uma luta ferrenha contra o que chamou de preguiça, ociosidade e vadiagem.

Assim afirma, De Masi, sonho da humanidade de acabar com a maldição do trabalho está cada vez mais próximo de ser realizado, graças às facilidades criadas pela Terceira Revolução Industrial. Em virtude do progresso tecnológico e da difusão cultural, é possível construir uma sociedade na qual sejam abolidos os limites entre tempo livre, trabalho e estudo, de modo que essas três atividades acabem coincidindo; em outras palavras, no passado, foi o trabalho que colonizou o tempo livre e nos anos futuros será o tempo livre a colonizar o trabalho.

Hoje, finalmente, a organização industrial e os seus acatados princípios de padronização, economia de escala e estruturas piramidais são postos em discussão pela base. A prática organizativa está experimentando formas completamente diferentes, mais desestruturadas, mais ágeis, mais motivadoras e quentes; a tecnologia favorece essas inovações com instrumentos capazes de encontrar, obter, confiscar, elaborar e divulgar as informações como nunca antes. Permanece o mesmo apenas o modo de conservadores ignorantes planejarem suas organizações. (De Masi, 2001, p.25)

Na nova sociedade regida pela economia do ócio, essa distinção dos tempos sociais típica da sociedade industrial vai perdendo o seu significado. A separação entre lar e trabalho, a vida das mulheres da vida dos homens e o cansaço da diversão e, ainda, a importância dada ao trabalho em relação à família, ao estudo e ao tempo livre, acaba por inexistir. A plenitude da atividade humana é alcançada somente quando nela coincidem, acumulam-se, exaltam-se e mesclam-se o trabalho, o estudo e o jogo, isto é, quando nós trabalhamos, aprendemos e nos divertimos tudo ao mesmo tempo. Eis o chamado *“Ócio Criativo”*.

A noção de ócio criativo faz repercutir os princípios da nova organização para a gestão da força de trabalho, baseada na disseminação de ideologia da flexibilização em todos os âmbitos: a produção é flexível porque o mercado é instável, a força de trabalho é flexível porque deve se adaptar constantemente ao uso das novas tecnologias e à ideia de fábrica



mínima, a legislação trabalhista é flexível porque cada um é o gestor de si mesmo, o tempo é flexível porque a liberdade é subjetiva, porém apenas dois aspectos não podem ser flexíveis: a acumulação do capital e a maximização das taxas de lucro.

Mas a subjetividade aflora também em outros campos. Desmoronam as lutas coletivas. Reconhece-se a inutilidade dos contratos coletivos. Cada um, seja um pequeno grupo ou indivíduo, realiza a sua própria batalha e faz o seu contrato. Difunde-se uma maior flexibilidade. E cada um estabelece o seu próprio programa: lê de noite, depois escolhe um vídeo ou escuta um disco, bate um papo com um parente ou com o vizinho, dá uma olhada em algum jornal televisivo (De Masi, 2000a, p.150)

Segundo Alves (2006), essa perspectiva de uma sociedade do tempo livre ou do ócio criativo, como sugere o ideólogo Domenico De Masi, pode ser descrita como um enorme contrassenso, pois não condiz com uma realidade repleta de contradições objetivas, sendo as mais pungentes a apropriação privada da produção social e a divisão social do trabalho.

[...] Ora, a sociedade do ócio criativo baseado na propriedade privada e na divisão hierárquica do trabalho é não apenas uma impossibilidade histórica irremediável, mas um grande blefe ideológico. O capitalismo tardio, afetado de negações, é uma imensa fábrica de ilusões, que possui, por um lado, um lastro concreto (o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social), mas que oculta, como toda ideologia complexa, a condição de sua própria irrealização estrutural (o sistema do capital). (Alves, 2006, p.30)

Na economia do ócio, para os trabalhadores ocupados com a produção imaterial, a criatividade exige tempo integral. Como afirma De Masi (2001), o cérebro do criador, uma vez empenhado em determinado problema, trabalha sempre, pois a intuição não escolhe o lugar nem o tempo – no escritório, em casa, no descanso, no sono e até na sonolência. Conforme Mascarenhas (2005), essa noção de quebrar os limites espaciais e temporais é falaciosa. Na realidade, ao observarmos a presença totalizadora do trabalho abstrato, nosso tempo livre passa a ser mera extensão da empresa. A força de trabalho intelectual vem sendo intensa e extensivamente explorada pelo capital a fim de dar maior flexibilidade, fluidez e inovação aos bens e serviços de consumo.

A propalada junção entre trabalho e vida proporcionada pela produção flexível, em tese, portadora da grande vantagem de transformar o ambiente doméstico em espaço de trabalho e, mais, de possibilitar àqueles que trabalham com ideias o benefício de carregarem consigo durante as 24 horas do dia os desafios impostos pelo trabalho, exercitando full-time sua criatividade, não passa mesmo é de um enorme engodo (Mascarenhas, 2005, p. 217)



A fundamentação teórica da nova economia do ócio, se assim pudéssemos chamar, está em sintonia com as teorias elaboradas a partir dos anos 1950, por autores como Daniel Bell, em *O advento da sociedade pós-industrial*; de Alain Touraine, em *A sociedade pós-industrial*; e na de Alvin Toffler, em *A terceira onda*. Por exemplo, Daniel Bell, em seu livro, pergunta-se qual seria a possível data do nascimento da sociedade pós-industrial e escolhe 1956. Nesse ano, pela primeira vez num país do mundo - os Estados Unidos -, o número de "colarinhos brancos" superou a soma do número de trabalhadores do setor industrial e agrícola. É essa constatação empírica que faz com que De Masi sentencie o fim da sociedade do trabalho e defina os novos contornos da sociedade criativa.

A ideia do desenvolvimento sem trabalho conduz à passagem de uma sociedade industrial para pós-industrial e isso pode ser percebido nas seguintes tendências: a passagem da produção de bens para a produção de serviços; a crescente importância dos profissionais liberais e técnicos em relação à classe operária; o primado das ideias; o advento das máquinas inteligentes que substituem os homens em trabalhos intelectuais e a gestão do desenvolvimento técnico. Esses são os cinco princípios axiais, segundo Bell, da nova sociedade.

Amparado nessas noções, De Masi (2000a) argumenta que a nova sociedade privilegia a produção de ideias, o que, por sua vez, exige um corpo quieto e uma mente irrequieta, pois predominam, hoje, as tarefas mais flexíveis e, por assim dizer, mais criativas. Os valores que fundamentam a nova sociedade seriam, então, libertadores: intelectualização, emotividade, estética, subjetividade, confiança, hospitalidade, feminilização, qualidade de vida, desestruturação do tempo e do espaço e virtualidade.

Nesse emaranhado de valores, a intelectualização representaria a predominância do intelectual sobre o esforço físico. E, entre as atividades tidas como intelectuais, a criatividade é considerada o valor central da sociedade pós-industrial: Dessa forma, ao se aventurar na busca por trabalho, o jovem deverá ser capaz de oferecer um leque de serviços intelectuais, científicos e artísticos adequados às necessidades sempre variáveis dos consumidores. Nesse ponto, podemos inferir que De Masi compartilha do discurso ideológico de que o desemprego é fruto da falta de qualificação e de competências em habilidades comportamentais como a criatividade, o trabalho em grupo, a resolução de conflitos, a comunicação, a capacidade de inovação, entre outros requisitos balizadores da chamada empregabilidade.



Nesse sentido, a crítica empreendida por Mascarenhas (2006) é pertinente:

[...] Além disso, apesar de algumas pitadas neo-keynesianas de preocupação social, não propriamente contrassistêmicas, fica devendo a apresentação de alternativas mais convincentes de mudanças no quadro de injustiça social. Limita-se a afirmar que o desemprego, por um lado, e o excesso de trabalho, por outro, são resultantes de um descompasso entre os avanços das forças produtivas – uma base material tecnologicamente incrementada que, por si só, seria capaz de nos libertar do trabalho – e uma anacrônica cultura do trabalho que ainda nos aprisiona ao reino das necessidades. (Mascarenhas, 2006, p.83)

Outro valor central destacado por De Masi seria a estética, garantida com a perfeição dos produtos manufaturados. O design é o diferencial, é ele que torna o produto especial e mais valorizado. É esse aspecto estético que garantiria o exercício da subjetividade, essa possibilidade de escolher entre diferentes produtos alimenta o desejo humano de ser diferente, ou seja, o autor vincula a noção de subjetividade ao *fetichismo* das mercadorias. Em contraposição à massificação e ao fim do coletivo e das modas, hoje em dia cada um quer vestir-se como bem entende. Isso acontece, simplesmente, porque as máquinas o permitem.

*Os modismos não servem mais, pelo contrário, de benéficos tornaram-se prejudiciais às vendas. Produzir carros com cores diferentes implica vender mais carros. Eis então dois fenômenos muito importantes: os robôs permitem a produção de bens muito mais variados que os precedentes e, enquanto a empresa Omega era obrigada a produzir só relógios iguais, a empresa Swatch pode produzi-los com as formas e cores mais variadas. Os consumidores mais aculturados, graças aos livros, ao rádio e à televisão, podem escolher o relógio, o suéter, o carro, a moto, as férias, o filme, tudo com base no gosto pessoal, sobretudo o estético. A escolha torna-se infinita. E assim cada um cultiva a própria subjetividade. Este novo modelo de produção, significativamente vem sendo chamado de *marketing oriented*, ou seja, orientado para o mercado. (De Masi, 2000a, p.77)*

De acordo com Alves (2006), os nexos socioprodutivos e reprodutivos do capital, suas contradições e forma como articula lazer, consumo e produção, ocorrem via manipulação da subjetividade. Para o autor, a produção da subjetividade ocorre no plano da reprodução social, surge no interior de uma totalidade concreta histórico-social, ou seja, não existe sujeito sem objeto: “a ‘subjetividade’ é o complexo de relações sociais do homem com outros homens (na instância da produção, circulação e consumo) e do homem consigo mesmo (na instância do seu pré-consciente, consciente ou inconsciente)” (Alves, 2006, p.23). Assim, tendo em vista o processo produtivo e sociorreprodutivo do capital em seu devir histórico é possível estabelecer uma “*crítica do fetiche da subjetividade*”.



Portanto, podemos dizer que um dos elementos cruciais desta desmedida do capital é a exacerbação da subjetividade, cuja ampliação é maior do que o capital como forma social pode conter. Nesse sentido, é esta exacerbação da subjetividade estranhada que poderia explicar, no decorrer do século XX, os mais diversos fenômenos estético-culturais que dilaceram o imaginário ocidental. Incapaz de conter a ampliação da alma e da inteligência humana, o capital a oblitera, inverte e perverte através de suas múltiplas manifestações de irracionalismos sócio-culturais. Estamos diante de formas de fetichização e reificação da subjetividade. O próprio lazer (ou a precarização do tempo livre) é um dos campos de obliteração/inversão da subjetividade exacerbada. (Alves, 2006, p.29)

Considerações finais

Para De Masi (2000a), a tendência da sociedade pós-industrial é libertar a mente, com atividades intelectuais e criativas, numa perfeita simbiose entre trabalho, estudo e jogo, tudo isso proporcionado pelo incremento do tempo livre. Para o sociólogo italiano, a função social da formação humana consistiria, justamente, na preparação dos cidadãos para o chamado “*ócio criativo*” e argumenta, ainda, que a maneira de produção industrial estipulada por Henry Ford, no início do século XX, está ultrapassada e em decadência.

Ao vislumbrarmos outro tipo de sociedade, muitas vezes aceitamos teses como as de Domenico de Masi, que, travestidas de um teor emancipatório, forjam um mundo sem contradições, sem classes sociais, sem propriedade privada, sem injustiças, em suma, pós-industrial, pós-fordista, pós-moderno, pós-trabalho, etc. Numa espécie de antinomia ao trabalho de maneira geral, as concepções de lazer coadunam-se com uma crítica ao trabalho abstrato – forma de trabalho alienado da sociedade burguesa -, porém consideram possível conciliar um trabalho que avilta com o lazer que liberta. Na concepção de “*ócio criativo*”, a crítica ao trabalho é mais limitada, restringe-se à organização do processo de trabalho típica do modelo fordista/taylorista. Assim, tendo vista sua conversão em sociedade pós-industrial, automaticamente decreta-se a utopia da sociedade sem trabalho.

Notas

¹ Segundo Mascarenhas (2005), no campo do lazer, a razão instrumental – valores utilitaristas e compensatórios – é imputada à noção de *ócio criativo*, sendo percebida, primeiramente, em pesquisas realizadas por Nelson Carvalho Marcelino.

² Título do sexto capítulo do livro “*Ócio Criativo*” de Domenico de Masi.

Referências bibliográficas

Alves, G. Trabalho, subjetividade e lazer: estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global. In: PADILHA, Valquíria. (org.) *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.



_____. Dimensões da reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2.ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

Coriat, B. Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

De Masi, D. O ócio criativo. Rio de Janeiro: Sextante, 2000a.

_____. O Futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000b.

_____. Perspectivas para o trabalho e o tempo livre. In: Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC/WLRA, p.121-137, 2000c.

_____. A economia do ócio: Bertrand Russell e Paul Lafargue. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

Gramsci, A. Americanismo e fordismo. In: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 1984, p.375-413.

Gounet, T. Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

Harvey, D. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

Marcassa, L. A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935). Goiânia: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 2002 (Dissertação de Mestrado)

Mascarenhas, F. Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer. Campinas: Faculdade de Educação Física da UNICAMP, 2005 (Tese de Doutorado).

_____. Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer. In:PADILHA, Valquíria. (org.) Dialética do lazer. São Paulo: Cortez, 2006.

SENNETT, R. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 7.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.